

ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL DAS EMPRESAS DO SETOR QUÍMICO¹

Amauri Menezes Soares Júnior²

Ana Tércia Lopes Rodrigues³

RESUMO

A contabilidade tem a função de fornecer informações para os diversos usuários internos e externos, devendo gerar, além de informações econômica e financeira, informações sobre a responsabilidade social e ambiental. Os agentes interessados só terão instrumentos para avaliar o desempenho social e ambiental de uma organização, se a evidenciação estiver adequada. Assim sendo, o objetivo deste estudo é evidenciar o nível de conformidade dos relatórios social e ambiental de empresas do setor químico com a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental. Foi realizada uma pesquisa descritiva, documental, com abordagem qualitativa, analisando três empresas brasileiras do setor químico que publicaram os relatórios de sustentabilidade no site da GRI, no ano de 2014. Para a coleta de dados foi utilizado uma lista com 49 itens elencando os principais indicadores da NBC T 15. Observou-se que as informações fornecidas nos relatórios social e ambiental, estão na média 53% em conformidade com NBC T 15, a empresa que obteve o melhor índice foi de 61% de conformidade. A partir da análise dos dados, pode-se inferir que as empresas não seguem plenamente a NBC T 15, atendendo mais facilmente ao modelo GRI.

Palavras-chave: Relatório. Conformidade. NBC T 15.

ABSTRACT

The Accounting has role of providing information to the various internal and external users, should generate, in addition to economic and financial information, information on social and environmental responsibility. The stakeholders will only have tools to evaluate the social and environmental performance of an organization, if the disclosure is adequate. Therefore, the point of this study is to show the level of compliance of social and environmental reporting chemical industry companies with NBC T 15 - Social and Environmental Information. A descriptive, documentary, with a qualitative approach was conducted by analyzing three chemical sector of Brazilian companies published sustainability reports on the GRI website, in the year 2014. To collect data we used a checklist with 49 itens listing the main indicators of NBC T 15. It was noted that the information provided in social and environmental reports, are on average 53% in accordance with NBC T 15, the company achieved the best ratio was 61% compliance. From the analysis of the data, we can infer that companies do not fully follow the NBC T 15, serving more easily to the GRI model.

Keywords: Report. Compliance. NBC T 15.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, no primeiro semestre de 2016, ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

² Graduando do curso de Ciências Contábeis da UFRGS. (jr.amauri83@gmail.com).

³ Orientadora: Mestre em Administração e Negócios pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da UFRGS. (ana.tercia@ufrgs.br)

1 INTRODUÇÃO

As organizações privadas possuem a obrigação econômica e social de demonstrarem como é sustentada a sua relação com a sociedade, bem como com o meio ambiente. Precisam evidenciar os impactos gerados pela sua interação com os funcionários, clientes e o meio ambiente.

Segundo Tinoco e Kraemer (2011, p. 78) “A grande responsabilidade social das organizações, a nosso juízo, consiste em gerar renda e emprego, distribuídos de forma mais equitativa do que vem ocorrendo,[...]”, com o passar do tempo a responsabilidade social ganhou destaque, pois conforme Ferreira et al. (2009, p. 2),” As demonstrações contábeis usuais, de ordem econômico-financeira, não são suficientes para explicar com o grau de transparência desejado, a atuação das entidades nas questões sócio-ambientais”.

Para completar a necessidade de informações socioambiental surge o balanço social que “permitia a investidores e credores, governo, executivos, legisladores, julgadores, empregados atuais e futuros, sindicatos, ONG’s, instituições acadêmicas e de pesquisa, órgãos reguladores, partidos políticos, autoridades municipais – ou seja, a sociedade como um todo – conhecer melhor a empresa.” (RIBEIRO, 2010, p. 24). De acordo com Tinoco e Kraemer (2011, p. 12) o Balanço Social ”é um instrumento de gestão e de informações que visa evidenciar, de forma mais transparente possível, informações financeiras, econômicas, ambientais e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários, seus parceiros sociais”.

Durante este processo surgiu o relatório de sustentabilidade, que por sua vez é mais abrangente que o balanço social, pois evidencia as práticas adotadas pelas empresas no intuito de buscar o desenvolvimento sustentável, através de medidas que possibilitem melhores condições de vida para a sociedade, e que demonstre atitudes de preservação do meio ambiente (FERREIRA et al, 2009), sendo os indicadores da Global Reporting Initiative (GRI) mais utilizado pelas empresas.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em 2004, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica (NBC T 15), “com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade.” (CFC, 2004). A NBC T 15 no seu escopo, estabelece como deve ser apresentada, o conteúdo, a forma e quem deve elaborar as demonstrações de Informações de Natureza Social e Ambiental.

A relevância deste estudo funda-se na necessidade de evidenciar que a contabilidade pode auxiliar na divulgação das informações ambientais e sociais no Brasil, através da conformidade da NBC T 15, mesmo não existindo legislação específica a nível federal obrigando as empresas a elaborarem e publicarem suas práticas socioambientais. Esta pesquisa tem como limite a análise dos relatórios anuais de sustentabilidade de 2014, do setor químico, publicados conforme diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI).

De acordo com o exposto, surge a questão que motiva esta pesquisa: Qual o nível de conformidade dos relatórios de natureza social e ambiental das empresas do setor químico em relação à NBC T 15?

Assim, este estudo tem por objetivo principal evidenciar o nível de conformidade dos relatórios social e ambiental de empresas do setor químico com a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental, e como objetivo secundário verificar se estão sendo auditadas.

Este artigo está organizado, além desta introdução, em uma base teórica sobre o desenvolvimento sustentável, normatização no Brasil, modelos de relatórios socioambientais, e auditoria independente. Em seguida, são apresentados os procedimentos metodológicos, e a análise dos dados, nesta ordem. Por fim, são apresentadas as considerações finais desta pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Inicialmente será abordado o desenvolvimento sustentável, a NBC T 15, norma vigente sobre o assunto no Brasil, e na sequência, os relatórios socioambientais: Balanço Social, IBASE, GRI, demonstrando conceito e sua importância. Para finalizar será abordada a auditoria independente.

2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

As empresas estão em constante crescimento, almejando lucro máximo, muitas empresas não medem esforços e meios para conseguir atingir suas metas. Segundo Seiffert (2009, p. 21) “no século passado, ocorreu na verdade um processo de crescimento econômico e não propriamente desenvolvimento”, se este crescimento em ritmo acelerado continuasse “chegaríamos a um esgotamento dos recursos não-renováveis do planeta a longo prazo.” (MOTA, 2001, p. 35).

Os constantes questionamentos e manifestações ecológicas ocorridas na década de 70 colocaram em pauta o conflito existente entre o crescimento econômico e os efeitos causados nos ecossistemas naturais (GUIMARÃES, 2008). Esta situação acabou “transformando a questão ambiental numa questão principalmente política.” (MOTA, 2001, p. 36).

Durante décadas a questão ambiental foi motivo de discussão, nos anos 60 a bióloga marinha Rachel Carson expos os perigos do uso do DDT, na década de 70 ocorreu em Estocolmo, na Suécia, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, que teve como resultado a criação do Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (PNUMA). Na década de 80 surgiram diversas leis regulamentando a questão ambiental, surgindo pela primeira vez o conceito de “Desenvolvimento sustentável”, e este conceito foi disseminado, em 1987, pela publicação do “Relatório Brundtland”, instituído “Nosso futuro comum”, emitido pela Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (SEIFFERT, 2009). Este documento segundo Mota (2001, p. 37) “procurou conciliar crescimento econômico com uso sustentável do meio ambiente”.

No quadro 1 apresenta-se um comparativo entre o paradigma do crescimento econômico e da sustentabilidade.

Quadro 1: Paradigma cartesiano (crescimento econômico) versus paradigma da sustentabilidade (desenvolvimento)

Cartesiano	Sustentável
Reducionista, mecanicista, tecnocêntrico	Orgânico, holístico, participativo
Fatos e valores não relacionados	Fatos e valores fortemente relacionados
Preceitos éticos desconectados das práticas cotidianas	Ética integrada ao cotidiano
Separação entre o objetivo e o subjetivo	Integração entre o objetivo e o subjetivo
Seres humanos e ecossistemas separados, em relação de dominação	Seres humanos inseparáveis dos ecossistemas, em uma relação de sinergia
Conhecimento compartimentado e empírico	Conhecimento indivisível, empírico e intuitivo
Relação linear de causa e efeito	Relação não linear de causa e efeito
Natureza entendida como descontínua, o todo formado pela soma das partes	Natureza entendida como um conjunto de sistemas inter-relacionados, o todo maior que a soma das partes
Bem-estar avaliado pela relação de poder {dinheiro, influência, recursos}	Bem-estar avaliado pela qualidade das inter-relações entre os sistemas ambientais e sociais
Ênfase na quantidade (renda per capita)	Ênfase na qualidade (qualidade de vida)
Análise	Síntese
Centralização de poder	Descentralização de poder
Especialização	Transdisciplinaridade
Ênfase na competição	Ênfase na cooperação
Pouco ou nenhuma limite tecnológico	Limite tecnológico definido pela sustentabilidade

Fonte: Almeida (2002 apud TINOCO; KRAEMER, 2010, p. 115).

Dentro do conceito de desenvolvimento temos que

O real significado da palavra *desenvolvimento* caracteriza um estágio econômico, social e político de determinada comunidade, baseado em altos índices de rendimentos dos fatores de produção: capital, trabalho e forma de apropriação dos recursos naturais. Desta maneira, crescimento econômico não implica propriamente em desenvolvimento, mas simplesmente na expansão da escala de produção e dimensões físicas de um

sistema econômico. Cabe salientar que em sua essência a palavra *desenvolvimento* implica em sustentabilidade (SEIFFERT, 2009, p. 23, grifo do autor).

O Relatório Brundtland conceitua desenvolvimento sustentável como: “O desenvolvimento que satisfaz às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades.”, Ribeiro complementa este conceito, afirmando que,

Ou melhor, um processo de mudanças no qual a exploração de recursos, o direcionamento dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais estão em harmonia e valorizam o potencial, presente e futuro, para a humanidade satisfazer suas exigências e aspirações (RIBEIRO, 2010, p. 6).

Tinoco e Kraemer (2010) apresentam cinco dimensões que são os pilares para o desenvolvimento sustentável: a sustentabilidade social, que significa maior equidade na distribuição de renda; a sustentabilidade econômica e ecológica, reconhecendo um uso eficiente e limitado dos recursos ambientais; a sustentabilidade cultural, respeitando a cultura e procurando processos que gerem soluções locais; e a sustentabilidade espacial, evitando grandes aglomerações urbanas, e com melhor distribuição territorial.

Com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade amparada no desenvolvimento sustentável, as empresas publicam balanços e relatórios de cunho social e ambiental. No Brasil não existe nenhuma lei específica tratando do Balanço Social, mas existe a regulamentação da NBC T 15, que trata das informações de natureza social e ambiental.

2.2 NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE TÉCNICA (NBC T 15)

A Norma Brasileira de Contabilidade Técnica (NBC T 15) é uma regulamentação de esfera de normas contábeis, aprovada pela Resolução CFC nº 1.003, de 19 de agosto de 2004, do Conselho Federal de Contabilidade. Esta norma não obriga a elaboração ou publicação do balanço social, mas estabelece os procedimentos a serem adotados pelas empresas que optarem pela apresentação da Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental.

A NBC T 15, em seu item 15.1.3, estabelece que “quando elaborada deve evidenciar os dados e as informações de natureza social e ambiental da entidade, extraídos ou não da contabilidade, de acordo com os procedimentos determinados por esta norma.” (CFC, 2004), que a demonstração “deve ser efetuada como informação complementar às demonstrações contábeis” (CFC, 2004), e “deve ser apresentada, para efeito de comparação, com as informações do exercício atual e do exercício anterior.” (CFC, 2004).

A norma propõe um modelo de demonstração, sugerindo indicadores que evidenciem informações de natureza social e ambiental:

- Sobre a geração e a distribuição de riquezas, com um indicador;
- Os recursos humanos, com 27 indicadores;
- A interação da entidade com o meio ambiente externo, com 12 indicadores; e
- A interação com o meio ambiente, com oito indicadores.

Na geração e distribuição de riquezas, item 15.2.1 da norma, especifica que deve ser apresentada a Demonstração de Valor Adicionado (DVA), conforme definida na NBC T 3.

Nas informações sobre recursos humanos, item 15.2.2 da norma, a empresa deve informar: a remuneração concedida aos empregados, administradores, terceirizados e autônomos; relação entre maior e menor remuneração da entidade; gastos com encargos sociais, alimentação, transporte, previdência privada, saúde, segurança e medicina do trabalho, educação, cultura, capacitação e desenvolvimento profissional, creches, e participação nos lucros. Deverá também divulgar a composição do recurso humano, informando o nível de escolaridade, percentual de ocupantes de cargos de chefia por sexo, e informar o total de: empregados, admissões, demissões, estagiários, empregados portadores com deficiência, empregados por sexo, e empregados por faixa etária. E por fim deve evidenciar o número de processos trabalhistas movidos contra a empresa, separando os processos julgados procedentes e improcedentes, e indicar o valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça.

Na interação da entidade com o ambiente externo, item 15.2.3 da norma, são divulgadas as informações sobre a comunidade, os clientes, e os fornecedores. Com relação à comunidade deve ser apresentado a interação na área de cultura, educação, saúde, saneamento, esporte, lazer e alimentação. Sobre os clientes deve divulgar o número de reclamações recebidas: diretamente na entidade, por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor, e por meio de justiça; informar o montante de multas e indenizações a clientes e as ações empreendidas pela entidade para sanar causas de reclamações. Quanto aos fornecedores, a entidade deve informar se utiliza critérios de responsabilidade social para a seleção de seus fornecedores.

Na interação da entidade com o meio ambiente, item 15.2.4 da norma, deve informar a quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais contra a empresa; o valor das multas e das indenizações; os passivos e contingências ambientais; e os investimentos e gastos: com melhoria, preservação e recuperação de ambientes degradados, educação ambiental, e com outros projetos ambientais.

Nas disposições finais a NBC T 15 acrescenta que a empresa pode detalhar ou acrescentar indicadores que julgar relevantes. Também dispõe que o balanço social deve ser assinado por contabilista registrado em Conselho Regional de Contabilidade, e deve ser objeto de auditoria independente.

2.3 RELATÓRIOS SOCIOAMBIENTAIS

Durante anos, surgiram diversos modelos de Balanço Social com o intuito de comparar as informações de natureza social e ambiental das empresas. Os principais modelos utilizados no Brasil são o Balanço Social IBASE e o Relatório de Sustentabilidade do GRI.

2.3.1 Balanço Social

A contabilidade sempre se preocupou em estudar o patrimônio da empresa, mas podemos notar dentro da teoria da abordagem sociológica, que a contabilidade

[...] deveria preocupar-se com o impacto que suas informações poderiam causar em nível social, divulgando e mensurando as transações econômicas das grandes empresas, de modo a permitir que a sociedade pudesse avaliar como essas empresas realmente estão contribuindo para o bem-estar social (FERREIRA, 2009, p. 93).

Para Ribeiro (2010, p. 26) “A contabilidade social ampliou a esfera de ação da ciência contábil, que passou a se preocupar com os aspectos sociais que envolvem as atividades econômicas.”. Nos anos 70 surge na França a primeira lei sobre Balanço Social, Lei nº 77.769 de 12-7-1977, onde as empresas com mais de 300 funcionários eram obrigadas a publicá-lo. Posteriormente, vários países europeus, como Alemanha, Holanda e Inglaterra, exigiram a publicação do Balanço social pelas empresas conforme ditames da lei francesa. Esta lei apesar de não contemplar uma série de informações econômicas e ambientais, teve inegáveis méritos, pois pela primeira vez demonstrou a importância dos trabalhadores dentro da empresa (TINOCO; KRAEMER, 2011).

O Balanço Social segundo Iudícibus et al (2010, p. 7) “busca demonstrar o grau de responsabilidade social assumido pela empresa e assim prestar contas à sociedade pelo uso do patrimônio público, constituído dos recursos naturais, humanos e o direito de conviver e usufruir dos benefícios da sociedade em que atua”, e conforme Tinoco e Kraemer (2010, p. 63) “Balanço social é um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, de forma mais transparente possível, informações contábeis, econômicas, ambientais e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferentes usuários.”.

Para Hendriksen e Breda (1999, p. 27) “Os usuários mais importantes de relatórios contábeis apresentados a grupos externos à empresa geralmente incluem acionistas, outros investidores, credores e autoridades governamentais”, estes usuários são conhecidos como *stakeholders*. No Brasil não existe a obrigatoriedade das empresas divulgarem o Balanço Social, mas nota-se uma tendência nas organizações à elaboração e publicação dos relatórios sociais e ambientais.

Embora não haja qualquer exigência legal quanto à divulgação do Balanço Social, as empresas são continuamente e crescentemente solicitadas a informarem sua política em relação ao meio ambiente, via exigência de sistemas de gerenciamento ambiental, Relatórios de Impactos Ambientais, e em alguns casos têm de assumir o ônus de provar que não agridem a natureza (IUDÍCIBUS et al, 2010, p. 8).

No Brasil existe um modelo de Balanço Social criado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE).

2.3.2 Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE)

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) é uma organização de cidadania ativa, sem fins lucrativos. Efetiva a partir de 1981, foi fundada após anistia política por Herbert de Souza, o Betinho, e os companheiros de exílio Carlos Afonso e Marcos Arruda. Define sua missão como de uma organização de cidadania ativa, que produz e formula conhecimentos, análises, questões e propostas como argumentos para a ação democrática transformadora. Na linha programática da responsabilidade social e ética, o IBASE trabalha o Balanço Social como um modelo para cobrar uma postura ética e de transparência no meio empresarial e nas organizações da sociedade civil (www.ibase.org.br).

Tornou-se um marco no Brasil o Seminário no Rio de Janeiro de 1997, em que estiveram presentes empresas públicas e privadas, discutindo a importância da responsabilidade social, que reacendeu e voltou a pautar a agenda das empresas, da imprensa, de organizações não governamentais, dos institutos de pesquisa e até de instâncias do Governo (IBASE, 2003). Lembra Ribeiro (2010, p. 24) que

o movimento iniciado pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, em meados de 1996, fez ressurgir a ideia do Balanço Social, provocando uma ampla discussão de sua importância e chegando a motivar a elaboração de projeto de lei nacional para sua instituição obrigatória, além de discussões dentro da CVM sobre a questão.

O modelo de Balanço Social proposto pelo IBASE tem predominância de dados que possam ser expressos em valores financeiros ou de forma quantitativa, sendo este fato fundamental para enriquecer este tipo de demonstrativo. É claro que nem sempre correlacionar fatores financeiros com fatos sociais é uma tarefa fácil, porém, os indicadores

desenvolvidos do modelo IBASE ajudam às análises comparativas da própria empresa ao longo do tempo ou entre outras do mesmo setor (IBASE, 2003).

2.3.3 Global Reporting Initiative (GRI)

A *Global Reporting Initiative* (GRI) é uma organização não-governamental internacional, que tem sua sede em Amsterdã, na Holanda, cuja missão é desenvolver e disseminar globalmente diretrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade utilizados voluntariamente por empresas do mundo todo. Desde o seu início, em 2007, a GRI tem como objetivo “melhorar a qualidade, o rigor e a aplicabilidade dos relatórios de sustentabilidade” (GRI, 2006, p. 2).

Segundo Ferreira et al. (2009), a transparência sobre os impactos econômicos, ambientais e sociais tornou-se fundamental para dar credibilidade às empresas para os stakeholders, por meio do fornecimento de informações a respeito da sustentabilidade empresarial, surgindo a necessidade de uma estrutura de conceitos globais em linguagem coerente e métrica. Dessa forma, a GRI tem como missão “satisfazer essa necessidade, oferecendo uma estrutura confiável para a elaboração de relatórios de sustentabilidade, que possa ser usada por organizações de todos os tamanhos, setores e localidades” (GRI, 2006, p. 2).

Rosa et al. (2013, p. 99-101) esclarecem que a GRI “vem auxiliando as empresas a medirem e comunicarem seu desempenho econômico, ambiental e social” por intermédio do relatório de sustentabilidade que vem destacando-se no cenário mundial. Tal relatório foi “desenvolvido para auxiliar as organizações a medirem e comunicarem seu desempenho econômico, ambiental e social”; além disso, por ter destaque internacional, passou a ser uma base importante para a comparação de informações.

Segundo a GRI (2006, p. 3), “elaborar relatórios de sustentabilidade é a prática de medir, divulgar e prestar contas para stakeholders internos e externos do desempenho organizacional visando o desenvolvimento sustentável”. Nossa (2002, p. 122) afirma que “De todos os organismos que apresentam diretrizes sobre gestão ambiental ou geração de informações ambientais, este é o que parece mais completo e abrangente com suas diretrizes”. O relatório de sustentabilidade proposto pela GRI baseia-se nas evidenciações dos impactos econômicos, ambientais e sociais.

Com o objetivo de garantir a transparência, que aqui é definida como “divulgação completa de informações sobre os temas e indicadores necessários para refletir os impactos e possibilitar a tomada de decisão pelos stakeholders” (GRI, 2006, p. 6), foram criadas

orientações e estabelecidos princípios para definir o conteúdo, garantir a qualidade e estabelecer os limites do relatório. As orientações descrevem quais medidas devem ser tomadas a fim de decidir o que relatar. Elas dão as diretrizes para definir o conteúdo e limite do relatório, já os princípios direcionam a escolha do conteúdo e a busca da qualidade, apontando os objetivos que devem ser atingidos por um relatório.

2.4 AUDITORIA INDEPENDENTE

A auditoria externa ou independente surgiu da necessidade das empresas, com a evolução do sistema capitalista, em captar recursos junto a terceiros, como por exemplo: empréstimos bancários, emissão de debênture ou abrindo capital a novos acionistas. Estes futuros investidores precisavam conhecer detalhes da empresa, e a melhor forma de conhecer a empresa é através das demonstrações contábeis. Como medida de segurança os investidores começaram a exigir que estas demonstrações fossem verificadas por profissionais de fora da empresa. Ai surge o auditor independente, que examina as demonstrações contábeis e emite uma opinião sobre estas (ALMEIDA, 2012).

Com as demonstrações sociais e ambientais não é diferente, de acordo com Tinoco e Kraemer (2011, p. 80) “Como se sabe, a auditoria preocupa-se com a verificação de elementos contábeis e sociais e a determinação e exatidão das demonstrações e dos relatórios contábeis, sociais e ambientais”.

Os principais motivos pelo qual uma empresa empreende uma auditoria ou programa de auditoria ambiental é desenvolver uma política ambiental corporativa, buscar conformidade legal, analisar as práticas gerenciais e as operações existentes, estimar os riscos e as responsabilidades, entre outros citados pelo autor (CAMPOS; LERÍPIO, 2009). Cabe destacar a busca da conformidade legal, que segundo Campos e Lerípio (2009, p. 4) “A mensuração e o monitoramento da situação em organizações geograficamente isoladas ou distantes, localizadas sob diferentes regimes legislativos, requerem um programa eficaz de auditorias.”.

Consta na NBC T 15 a obrigatoriedade de quando elaborada, as informações do relatório social e ambiental devem ser auditadas por auditor independente que tem como objetivo verificar “[...] se essas demonstrações foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis e se esses princípios foram aplicados com uniformidade em relação ao exercício social anterior” (ALMEIDA, 2012, p. 6). Ao serem auditadas, estas informações terão maior

credibilidade e sendo de suma importância à adoção desse procedimento para segurança dos *stakeholders*.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizada neste estudo é classificada quanto aos seguintes aspectos: (a) pela forma de abordagem do problema, (b) de acordo com seus objetivos e (c) com base nos procedimentos técnicos utilizados.

De acordo com a forma de abordagem do problema, este estudo classifica-se como pesquisa qualitativa.

Investigações tratadas com uma análise qualitativa têm como objetivo situações complexas ou estritamente particulares que serão abordadas em profundidade, em seus aspectos multidimensionais. Estudos com metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de suas variáveis entre si e com o todo (OLIVEIRA, 2011, p. 82).

De acordo com o objetivo, classifica-se como uma pesquisa descritiva. “A pesquisa descritiva procura descobrir, com a precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão, com os outros, sua natureza e características, correlacionando fatos ou fenômenos sem manipulá-los” (CERVO; BERVIAN, 1996, p. 49).

O procedimento técnico a ser usado é o método documental. No procedimento documental temos que,

A Estratégia de Pesquisa Documental é característica dos estudos que utilizam documentos como fonte de dados, informações e evidências. [...] a pesquisa documental emprega fontes primárias, assim considerados os matérias compilados pelo próprio autor do trabalho, que ainda não foram objeto de análise, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os propósitos da pesquisa (MARTINS; THEÓPHILO, 2009, p. 55).

A coleta de dados foi efetuada analisando os relatórios de sustentabilidade de três companhias do setor químico: BASF S.A., BRASKEM S.A. e ELEKEIROZ S.A.. As empresas foram selecionadas porque possuem seus relatórios de sustentabilidade divulgados conforme diretrizes da GRI, por serem companhias de capital aberto e suas ações serem negociadas em bolsa de valores. Serão analisados os relatórios de 2014, obtidos através da lista de relatórios da GRI e de informações dos sites das companhias.

Para viabilizar a pesquisa documental, foi elaborada uma lista com 49 indicadores, divididos em cinco quadros, que contém os quesitos fundamentados na Norma Brasileira de Contabilidade (NBC T 15). Este procedimento tem por objetivo verificar o nível de conformidade das informações social e ambiental das empresas com a NBC T 15, conforme segue:

Quadro 2: Informações sobre geração e distribuição de riquezas (NBC T 15, item 15.2.1)

GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA			
INFORMAÇÕES A SEREM DIVULGADAS	BASF	BRASKEM	ELEKEIROZ
A riqueza gerada e distribuída pela entidade deve ser apresentada conforme a DVA, definida na NBC T 3			

Fonte: Adaptado da NBC T 15 (CFC, 2004).

Quadro 3: Informações sobre os recursos humanos (NBC T 15, item 15.2.2)

RECURSOS HUMANOS				
INFORMAÇÕES A SEREM DIVULGADAS	BASF	BRASKEM	ELEKEIROZ	
REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS	Remuneração bruta segregada por empregados, administradores, terceirizados e autônomos;			
	Relação entre a maior e a menor remuneração da entidade, considerando os empregados e os administradores;			
	Gastos com encargos sociais;			
	Gastos com alimentação;			
	Gastos com transporte;			
	Gastos com previdência privada;			
	Gastos com saúde;			
	Gastos com segurança e medicina do trabalho;			
	Gastos com educação (excluídos os de educação ambiental)			
	Gastos com cultura;			
	Gastos com capacitação e desenvolvimento profissional;			
	Gastos com creches ou auxílio-creches;			
	Participações nos lucros ou resultados.			
COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS	Total de empregados no final do exercício;			
	Total de admissões;			
	Total de demissões;			
	Total de estagiários no final do exercício;			
	Total de empregados portadores de necessidade especiais no final do exercício;			
	Total de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício;			
	Total de empregados por sexo;			
	Total de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos: Menores de 18 anos De 18 a 35 anos De 36 a 60 anos Acima de 60 anos			
	Total de empregados por nível de escolaridade, segregados por: Analfabetos Com ensino médio Com ensino técnico Com ensino superior Pós-graduados			
	Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo			
AÇÕES TRABALHISTAS	Número de processos trabalhistas movidos contra a entidade;			
	Número de processos trabalhistas julgados procedentes;			
	Número de processos trabalhistas julgados improcedentes;			
	Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça.			

Fonte: Adaptado da NBC T 15 (CFC, 2004).

Quadro 4: Informações sobre a interação da entidade com o ambiente externo (NBC T 15, item 15.2.3)

INTERAÇÃO DA ENTIDADE COM O AMBIENTE EXTERNO				
INFORMAÇÕES A SEREM DIVULGADAS		BASF	BRASKEM	ELEKEIROZ
COMUNIDADE	Educação, exceto a de caráter ambiental;			
	Cultura;			
	Saúde e saneamento;			
	Esporte e lazer, não considerados os patrocínios com finalidade publicitária;			
	Alimentação.			
CLIENTES	Número de reclamações recebidas diretamente na entidade;			
	Número de reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor;			
	Número de reclamações recebidas por meio de justiça;			
	Número das reclamações atendidas em cada instância arrolada;			
	Montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela justiça;			
	Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações			
Nas informações relativas aos fornecedores, a entidade deve informar se utiliza critérios de responsabilidade social para a seleção de seus fornecedores.				

Fonte: Adaptado da NBC T 15 (CFC, 2004).

Quadro 5: Informações sobre a interação da entidade com o meio ambiente (NBC T 15, item 15.2.4)

INTERAÇÃO DA ENTIDADE COM O MEIO AMBIENTE				
INFORMAÇÕES A SEREM DIVULGADAS		BASF	BRASKEM	ELEKEIROZ
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;				
Investimento e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;				
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;				
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;				
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais;				
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;				
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;				
Passivos e contingências ambientais.				

Fonte: Adaptado da NBC T 15 (CFC, 2004).

Quadro 6: Disposições Finais (NBC T 15, item 15.3)

INFORMAÇÕES A SEREM DIVULGADAS				
INFORMAÇÕES A SEREM DIVULGADAS		BASF	BRASKEM	ELEKEIROZ
Revisão de auditoria independente.				

Fonte: Adaptado da NBC T 15 (CFC, 2004).

Para verificar o nível de conformidade foi atribuído para cada indicador um valor, que corresponde a um atributo, como demonstrado no Quadro 7.

Quadro 7: Valor de nível de conformidade

Atributo	Valor
Não consta	0
Consta de forma parcial	1
Consta	2

Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

Esta análise foi a base para evidenciar o nível de conformidade dos relatórios publicados pelas empresas selecionadas com a NBC T 15.

4 ANÁLISE DE DADOS

De encontro aos objetivos deste estudo, de evidenciar o nível de conformidade dos relatórios social e ambiental de empresas brasileiras do setor químico, esta seção trás um breve relato sobre as empresas e os elementos de evidenciação da responsabilidade social e ambiental encontrados nos relatórios de sustentabilidade. Na sequência, apresenta-se uma consolidação dos resultados da pesquisa.

4.1 BASF S.A.

A BASF é uma empresa do setor químico que está no mercado há mais de 150 anos. Possui um portfólio em cinco segmentos: Químico, Produtos de Performance, Materiais e Soluções Funcionais, Soluções para Agricultura e Óleo e Gás. Está presente em mais de 80 países, e suas ações são negociadas nas bolsas de valores de Frankfurt (BAS), Londres (BFA) e Zurique (AN) (www.basf.com).

4.1.1 Geração e distribuição de riqueza

A empresa demonstrou o DVA (Demonstração de Valor adicionado) no relatório de sustentabilidade, denominando de valor agregado. Os valores foram demonstrados em Euro (€) e foi feito um comparativo com o ano anterior. Cabe salientar que não foi encontrado nas demonstrações contábeis o DVA, somente possuía no relatório de sustentabilidade o valor agregado.

4.1.2 Recursos humanos

Dentro do item remuneração e benefícios, existem 13 indicadores, destes foram encontrados apenas 50% das informações. Foi constatado que a empresa divulga o gasto total com os funcionários, € 9.224 milhões, mas não demonstra a segregação deste valor entre os colaboradores. No gasto com saúde são divulgados indicadores de desempenho, onde é mensurado o desempenho na promoção e saúde, bem-estar e produtividade dos colaboradores, este indicador atingiu 0,91 em 2014, sendo o valor máximo de 1,0. No gasto com segurança foram apresentados diversos programas como, por exemplo: o Seguridad 360, que agrupa diversos pilares de segurança ocupacional; e o Safety Performance Profile, onde é incentivado o dialogo entre colaboradores e liderança. São divulgados diversos programas também nos gastos com educação, cultura, capacitação e desenvolvimento, dentre eles: New Leader Program, Talent Review, Plano de Desenvolvimento Individual e Gestão de Performance. A empresa divulga a participações nos lucros e incentiva os colaboradores a se tornar acionistas.

No que tange a composição dos recursos humanos existem 11 indicadores, sendo que foi encontrado apenas três divulgados nos relatórios. Em 2014, a empresa possuía 113.292 funcionários, e 19,1% do cargo de liderança eram ocupados por mulheres. A empresa também faz a divisão de empregados por faixa etária, só que não distribui conforme preconiza a norma.

Já nas ações trabalhistas não foram encontrados dados no relatório de sustentabilidade, mas foi identificado nas demonstrações financeiras e notas explicativas valores das provisões trabalhistas e depósitos judiciais, mas nenhum item relacionado na NBC T 15.

4.1.3 Interação da entidade com o meio externo

No item comunidade existem cinco indicadores, 100% deste item é contemplado no relatório de sustentabilidade. São apresentados diversos projetos sociais apoiados pela BASF, os principais foram: Oportunidade Através do Esporte, Lance Livre, Química na Vida, Projeto Crescer, Academia da Ciência, Reação e Guri na Roça. Além disso, firmou compromissos com diversas entidades como Fundação Abrinq e Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável. Promoveram também diversos debates com foco na vida urbana, alimentação e energia inteligente, no Brasil os temas são: Lixo zero, Redução de desperdício de alimentos e Construção de baixa renda.

Nas informações sobre os clientes com seis indicadores, foi encontrado apenas um, sobre as ações para sanar ou minimizar reclamações. A principal ação foi realizar pesquisas de satisfação com os clientes, comparar com o mercado e melhorar os processos. No que se

refere aos fornecedores a BASF fomenta através do Prêmio BASF de Excelência (PBE) a prática de gestão socialmente responsável nos seus fornecedores.

4.1.4 Interação da entidade com o meio ambiente

A BASF divulgou cinco indicadores dos oito mencionados pela NBC T 15, merecem ser destacados projetos como a Mata Viva, que desde 1984 já restaurou 668 hectares de mata ciliar no Rio Paraíba do Sul, capacitou mais de 2.000 professores com ações de educação ambiental, além de plantar mais de 1.000.000 de mudas. No projeto Plano Diretor Florestal foram investidos mais de R\$ 3,5 milhões para recuperação ambiental.

No relatório de sustentabilidade a empresa atribuiu um custo operacional para instalações de proteção ambiental no valor de € 897 milhões, e o gasto com investimentos em proteção ambiental no valor de € 349 milhões. A empresa divulgou em notas explicativas as demonstrações financeiras, uma provisão para meio ambiente no valor de R\$ 24.680 milhões.

4.1.5 Auditoria das demonstrações

As demonstrações financeiras são auditadas pela empresa PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. O relatório de sustentabilidade não apresenta parecer da auditoria independente.

4.2 BRASKEM S.A.

A BRASKEM é uma sociedade de capital aberto, com sede em Camaçari, Bahia (BA) que, em conjunto com suas controladas, conta com 36 unidades industrial sendo 29 no Brasil, nos estados de Alagoas (AL), Bahia (BA), Rio de Janeiro (RJ), Rio Grande do Sul (RS) e São Paulo (SP), cinco nos Estados Unidos, nos estados da Pensilvânia, Texas e Virginia Ocidental e dois na Alemanha, nas cidades de Wesseling e Schkopau. Essas unidades produzem resinas termoplásticas – polietileno, polipropileno e policloreto de vinila (PVC) e petroquímicos básicos.

Adicionalmente, a Braskem tem como objeto social a importação e exportação de produtos químicos, petroquímicos, combustíveis, a produção, distribuição e comercialização de utilidades tais como, vapor, água, ar comprimido, gases industriais, assim como a prestação de serviços industriais, a produção, distribuição e comercialização de energia

elétrica para seu consumo próprio e de outras empresas, além da participação em outras sociedades como sócia ou acionista. A Companhia é controlada pela Odebrecht S.A. que detém, direta e indiretamente, 50,11% e 38,32% do seu capital votante e total, respectivamente (www.braskem.com.br).

4.2.1 Geração e distribuição de riqueza

A empresa demonstrou o DVA (Demonstração de Valor adicionado), no relatório de sustentabilidade de uma forma simplificada e os valores foram demonstrados em Reais (R\$). A forma completa foi encontrada nas demonstrações financeiras publicadas pela empresa.

4.2.2 Recursos humanos

Dentro do item remuneração e benefícios, existem 13 indicadores, destes foram encontrados 69% das informações. A empresa divulgou o gasto total com pagamentos e proventos de funcionários no valor de R\$ 1,1 bilhão, mas não demonstrou a segregação deste valor entre os colaboradores. Cita que há capacitação dos colaboradores, fornecimento de transporte e alimentação. Na saúde investiu R\$ 15,1 milhões em 36 diferentes projetos, na segurança investiu em 18 projetos mais de R\$ 4,9 milhões e R\$ 117,9 milhões em segurança do trabalho. Em 2014, a BRASKEM investiu R\$ 21,3 milhões em projetos socioambientais, culturais e esportivos no Brasil.

Na composição dos recursos humanos foram encontrados 73% dos indicadores no relatório. A BRASKEM possui 8.126 funcionários, sendo 22% do gênero feminino, a empresa também mantém este percentual no quadro de liderança. Em 2014, foram contratados e desligados, respectivamente, 790 e 751 pessoas. A empresa informou que o número de prestadores de serviço terceirizado é muito pequeno, por isso não comunicou a quantidade no relatório.

Já nas ações trabalhistas não foram encontrados dados no relatório de sustentabilidade, mas foram identificados nas demonstrações financeiras e notas explicativas. A BRASKEM teve provisão no valor de R\$ 141 milhões, correspondentes a 350 processos de natureza trabalhistas. Possui também uma contingência trabalhista no valor de R\$ 463 milhões correspondente a 1.430 ações indenizatória e trabalhista.

4.2.3 Interação da entidade com o meio externo

Nas informações sobre a comunidade a BRASKEM divulgou 100% dos indicadores, foram encontrados diversos programas como o Prêmio Braskem de Teatro, Braskem esportes, Ser+realizador, Edukatu, todos voltados para impulsionar o desenvolvimento humano e promover o desenvolvimento socioambiental por meio da química e do plástico.

Com relação aos clientes a empresa possui um canal linha de ética que é uma linha direta dos clientes com a empresa. Mantém controle dos fornecedores onde é executado um mapeamento da relevância e risco socioambiental dos mesmos. Na seleção de fornecedores para logística de transporte rodoviário incluí a certificação SASSMAQ – Sistema de Avaliação de Segurança Saúde e Meio Ambiente e Qualidade do Programa Atuação Responsável, da Abiquim.

4.2.4 Interação da entidade com o meio ambiente

A BRASKEM divulgou 75% dos indicadores relacionados, foi relatado um investimento no meio ambiente de R\$ 86,1 milhões, de R\$ 27 milhões em projetos de melhorias ambientais, R\$ 105,133 milhões em tratamento de efluentes e disposição de resíduos, R\$ 48,751 milhões em custos de gestão ambiental, e R\$ 50,375 milhões em passivos ambientais.

4.2.5 Auditoria das demonstrações

As demonstrações financeiras são auditadas pela empresa PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. O relatório de sustentabilidade é auditado pela KPMG Risk Advisory Services Ltda.

4.3 ELEKEIROZ S.A.

A ELEKEIROZ é uma sociedade anônima de capital aberto com ações negociadas na BM&F BOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, controlada pela Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. e conta com duas unidades industriais: Camaçari – BA e Várzea Paulista – SP, onde está sua sede. A Companhia tem por objetivo a industrialização e comercialização de produtos químicos e petroquímicos em geral, inclusive a revenda de tais produtos adquiridos de terceiros, importação e exportação, bem como a participação em

outras sociedades. Os produtos fabricados pela ELEKEIROZ são destinados fundamentalmente para o setor industrial, especialmente construção civil, vestuário, automotivo e alimentício (www.elekeiroz.com.br).

4.3.1 Geração e distribuição de riqueza

A empresa demonstrou o DVA (Demonstração de Valor adicionado) no relatório de sustentabilidade, os valores foram demonstrados em Reais (R\$), e fez uma comparação dos últimos quatro anos, expondo uma explicação da evolução do DVA.

4.2.2 Recursos humanos

Dentro do item remuneração e benefícios 81% dos indicadores foram divulgados pela empresa. A ELEKEIROZ divulga o gasto total com pagamentos e proventos de funcionários no valor de R\$ 64,5 milhões, mas não demonstra a segregação deste valor entre os colaboradores. Dispõe que o salário mais alto da empresa é 22 vezes maior que a média dos demais colaboradores. A empresa possui um plano de aposentadoria complementar para todos os funcionários, por meio da Fundação Itaúsa Industrial. Na gestão de saúde e segurança, a companhia tem aplicado metodologias como a *Árvore de Causas* e o *Hazop*, que são respectivamente direcionados para a segurança de pessoas e processos. Mantém um programa de visitas de segurança de hierarquia, onde diretores e gerentes conscientizam da importância da segurança no ambiente de trabalho. Fornece equipamento de proteção individual para todos os funcionários e treinamentos de como utilizá-los, além de manter exames periódicos para 100% dos funcionários.

Dos 11 indicadores da composição dos recursos humanos a ELEKEIROZ divulgou apenas quatro no relatório. Em 2014, o quadro funcional foi de 1.215 colaboradores sendo 1.049 homens e 166 mulheres. Do total de colaboradores, 470 eram contratados de terceiros e 21 estagiários.

Nos itens referentes a ações trabalhistas não foram encontrados dados no relatório de sustentabilidade, mas foram identificados nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas. A ELEKEIROZ possuía publicada uma provisão para contingência trabalhista no valor de R\$ 4,638 milhões, 87 processos que geram um passivo trabalhista no valor de R\$ 14,905 milhões, e 73 processos trabalhistas classificados como perda provável no valor de R\$ 9,630 milhões.

4.2.3 Interação da entidade com o meio externo

Nas informações sobre a comunidade, publicou 80% dos indicadores. Divulgou diversas ações como o Teatro Em Cena Brasil, cursos de Formação de Operadores de Processos Químicos. Patrocinou o Polo de Cidadania, que prestou serviços gratuitos para as comunidades nas áreas de saúde, educação, cultura, esporte e lazer.

Com relação aos clientes a companhia possui uma pesquisa de satisfação, onde com os dados obtidos é gerado o Plano de Ações para atuação ao cliente. Em 2014, por exemplo, a ELEKEIROZ identificou insatisfação com a área de logística e distribuição, que levou ao ajuste aos equipamentos envolvidos.

4.2.4 Interação da entidade com o meio ambiente

A ELEKEIROZ divulgou 63% dos indicadores em relação ao meio ambiente. São divulgados patrocínios como o Projeto Ler Ibama que desenvolve nas crianças a consciência ambiental, mantém um Comitê de Estratégica e Inovação com o compromisso de precaução de possíveis impactos ambientais. Como reflexo dos cuidados com a preservação do meio ambiente, tem instalado um sistema que aproveita o calor gerado nas reações químicas para gerar energia elétrica. Possui também uma política de segurança, saúde e meio ambiente, que é regida por dez princípios, que dentre eles esta de considerar saúde, segurança e meio ambientes prioridades inegociáveis.

4.2.5 Auditoria das demonstrações

As demonstrações financeiras são auditadas pela empresa PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. Os dados socioambientais não foram submetidos à verificação externa.

4.3 ANÁLISE GERAL DOS DADOS

Dos quadros 8 ao 12, foram atribuídos valores para cada indicador, identificando a conformidade dos relatórios na natureza social e ambiental das empresas selecionadas com a NBC T 15.

Quadro 8: Conformidade das informações sobre geração e distribuição de riquezas

GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA			
INFORMAÇÕES A SEREM DIVULGADAS	BASF	BRASKEM	ELEKEIROZ
A riqueza gerada e distribuída pela entidade deve ser apresentada conforme a DVA, definida na NBC T 3	2	2	2

Fonte: Dados de pesquisa.

Quadro 9: Conformidade das informações sobre os recursos humanos

RECURSOS HUMANOS				
INFORMAÇÕES A SEREM DIVULGADAS		BASF	BRASKEM	ELEKEIROZ
REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS	Remuneração bruta segregada por empregados, administradores, terceirizados e autônomos;	1	1	1
	Relação entre a maior e a menor remuneração da entidade, considerando os empregados e os administradores;	0	0	2
	Gastos com encargos sociais;	0	0	0
	Gastos com alimentação;	0	2	0
	Gastos com transporte;	0	2	0
	Gastos com previdência privada;	0	0	2
	Gastos com saúde;	2	2	2
	Gastos com segurança e medicina do trabalho;	2	2	2
	Gastos com educação (excluídos os de educação ambiental)	2	2	2
	Gastos com cultura;	2	2	2
	Gastos com capacitação e desenvolvimento profissional;	2	2	2
	Gastos com creches ou auxílio-creches;	0	0	0
	Participações nos lucros ou resultados.	2	2	2
COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS	Total de empregados no final do exercício;	2	2	2
	Total de admissões;	0	2	0
	Total de demissões;	0	2	0
	Total de estagiários no final do exercício;	0	2	2
	Total de empregados portadores de necessidade especiais no final do exercício;	0	0	0
	Total de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício;	0	1	2
	Total de empregados por sexo;	0	2	2
	Total de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos: Menores de 18 anos De 18 a 35 anos De 36 a 60 anos Acima de 60 anos	1	0	0
	Total de empregados por nível de escolaridade, segregados por: Analfabetos Com ensino médio Com ensino técnico Com ensino superior Pós-graduados	0	0	0
	Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo	2	2	0
AÇÕES TRABALHISTAS	Número de processos trabalhistas movidos contra a entidade;	0	0	0
	Número de processos trabalhistas julgados procedentes;	0	0	0
	Número de processos trabalhistas julgados improcedentes;	0	0	0
	Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça.	0	0	0

Fonte: Dados de pesquisa.

Quadro 10: Conformidade das informações sobre a interação da entidade com o ambiente externo

INTERAÇÃO DA ENTIDADE COM O AMBIENTE EXTERNO				
INFORMAÇÕES A SEREM DIVULGADAS		BASF	BRASKEM	ELEKEIROZ
COMUNIDADE	Educação, exceto a de caráter ambiental;	2	2	2
	Cultura;	2	2	2
	Saúde e saneamento;	2	2	2
	Esporte e lazer, não considerados os patrocínios com finalidade publicitária;	2	2	2
	Alimentação.	2	2	0
CLIENTES	Número de reclamações recebidas diretamente na entidade;	0	0	0
	Número de reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor;	0	0	0
	Número de reclamações recebidas por meio de justiça;	0	0	0
	Número das reclamações atendidas em cada instância arrolada;	0	0	0
	Montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela justiça;	0	0	0
	Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações	2	2	2
Nas informações relativas aos fornecedores, a entidade deve informar se utiliza critérios de responsabilidade social para a seleção de seus fornecedores.		2	2	2

Fonte: Dados de pesquisa.

Quadro 11: Conformidade das informações sobre a interação da entidade com o meio ambiente

INTERAÇÃO DA ENTIDADE COM O MEIO AMBIENTE			
INFORMAÇÕES A SEREM DIVULGADAS	BASF	BRASKEM	ELEKEIROZ
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;	2	2	2
Investimento e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;	2	2	2
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;	2	2	2
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;	2	2	2
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais;	2	2	2
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;	0	0	0
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;	0	0	0
Passivos e contingências ambientais.	0	2	0

Fonte: Dados de pesquisa.

Quadro 12: Conformidade das disposições finais

INFORMAÇÕES A SEREM DIVULGADAS	BASF	BRASKEM	ELEKEIROZ
Revisão de auditoria independente.	1	2	1

Fonte: Dados de pesquisa.

Como podem ser verificados, diversos indicadores da NBC T 15 não são contemplados dentro dos relatórios socioambientais das empresas analisadas. No que se referem aos recursos humanos, itens como escolaridade, gastos com creches e ações

trabalhistas foram as que menos apareceram nos relatórios. Na interação com o ambiente externo, os indicadores sobre as informações dos clientes, praticamente não foram encontrados, pois dos seis indicadores existentes, apenas um foi identificado.

Já itens como geração e distribuição de riquezas, composição do quadro funcional, informações sobre interação com a comunidade, fornecedores e a interação com o meio ambiente, tiveram muitos dados relatados em conformidade com a NBC T 15.

Na tabela 1 foi identificado o percentual de conformidade dos relatórios analisados em relação à NBC T 15. Foi calculado um percentual por item que a norma relata como informações de natureza social e ambiental, calculando a média entre as três empresas selecionadas. Foi incluída também a avaliação da auditoria independente, pois é através da auditoria que as informações terão credibilidades frente aos *stakeholders*. E por fim, foi calculada a conformidade geral dos relatórios, considerando a média dos 49 indicadores relacionados.

Tabela 1: Percentual de conformidade dos relatórios de sustentabilidade com a NBC T 15

Informações a serem divulgadas	nº de indicadores	BASF	BRASKEM	ELEKEIROZ	MÉDIA
Geração e distribuição de riquezas	1	100%	100%	100%	100%
Recursos humanos	27	33%	56%	46%	45%
Interação com o ambiente externo	12	58%	58%	50%	56%
Interação com o meio ambiente	8	63%	75%	63%	67%
Auditoria externa	1	50%	100%	50%	67%
Média total das empresas		46%	61%	51%	53%

Fonte: Dados de pesquisa.

Como se pode verificar a BRASKEM com 61%, obteve o maior percentual de conformidade com a NBC T 15, seguida pela ELEKEIROZ com 51% e a BASF com 46%. A BRASKEM foi a empresa que divulgou o relatório mais completo, sendo a única empresa que demonstrou o relatório de auditoria das informações social e ambiental, mas cabe salientar que todas mencionaram que as informações de caráter econômico-financeira foram auditadas.

Com este estudo conclui-se que os relatórios de sustentabilidade das empresas do setor químico estão em média 53% de conformidade com a NBC T 15. O fato de este percentual ser tão baixo, não desqualifica os relatórios publicados, pois os mesmos conseguem atingir o objetivo para o qual são elaborados, demonstrar o desempenho das atividades nas três dimensões da sustentabilidade - economia, meio ambiente e sociedade - preceitos do desenvolvimento sustentável.

Como verificamos no referencial teórico, o Balanço Social é um instrumento que visa evidenciar as informações contábeis, principalmente de cunho socioambiental, de forma mais transparente possível e para os mais diferentes usuários. Para alcançar este objetivo as

empresas poderiam relatar as informações sobre as ações trabalhistas, que não apareceram nos relatórios de sustentabilidade das empresas selecionadas, mas foram identificados nas notas explicativas das demonstrações econômico-financeiras. Além disso, todos os relatórios deveriam ter o parecer da auditoria independente, fato este que traria maior credibilidade e confiança nos dados relatados.

A partir das análises anteriores, pode-se inferir que as empresas ainda não seguem plenamente a NBC T 15.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo evidenciar o nível de conformidade dos relatórios social e ambiental de empresas do setor químico com a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental. A análise ficou prejudicada em virtude das empresas não serem obrigadas a publicarem as informações social e ambiental.

No que se refere à Demonstração das Informações de Natureza Social e Ambiental, foram analisados os relatórios de sustentabilidade, do ano 2014, de três empresas do setor químico. Não foi encontrada, em nenhum dos relatórios de sustentabilidade das empresas, a informação de que os relatórios foram elaborados de acordo com a NBC T 15. Mas sim de acordo com a GRI, do International Financial Reporting Standards (IFRS) e do Código Comercial Alemão.

Das empresas do setor químico que publicavam os relatórios de cunho social e ambiental, utilizavam o modelo proposto pela GRI. Fica a sugestão que as empresas incluam nos relatórios de sustentabilidade, o modelo de Balanço Social proposto pelo IBASE como anexo, pois o mesmo demonstra de forma quantitativa e de fácil compreensão todos os indicadores da NBC T 15.

Pode-se inferir que as empresas ainda não seguem plenamente a NBC T 15, norma pouco mencionada nos relatórios.

Na busca de melhoria contínua, fica como sugestão a continuidade dos estudos, uma melhor divulgação da NBC T 15 pelo CFC e futura obrigação pela elaboração das Demonstrações de Natureza Social e Ambiental, que são de suma importância para a sociedade em geral.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria**: um curso moderno e completo. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BASF S.A. **Relatório de Sustentabilidade**: BASF América do Sul 2014. Disponível em: <www.basf.com>. Acesso em: 20 jun. 2016.

BRASKEM S.A. **Relatório Anual 2014**. Disponível em: <www.braskem.com.br>. Acesso em: 20 jun. 2016.

CAMPOS, Lucila Maria de Souza; LERÍPIO, Alexandre de Ávila. **Auditoria Ambiental**: uma ferramenta de gestão. São Paulo: Atlas, 2009.

CERVO, Amando Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**: para uso de estudantes universitários. 4. ed. São Paulo: Mcgraw-Hill, 1996.

CFC-CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1.003**, de 19 de agosto de 2004. Aprova a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental. Disponível em: <www.cfc.org.br>. Acesso em: 20 jun. 2016.

GUIMARÃES, Mauro. Sustentabilidade e educação ambiental. In.: CUNHA, Sandra Baptista da. GUERRA, Antônio José Teixeira (Org). **A Questão Ambiental**: diferentes abordagens. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 82-105.

ELEKEIROZ S.A. **Relatório Anual de Sustentabilidade 2014**. Disponível em: <www.elekeiroz.com.br>. Acesso em: 20 jun. 2016.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Souza. **Contabilidade Ambiental**: uma informação para o desenvolvimento sustentável. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FERREIRA, Luiz Felipe et al. **Indicadores de Sustentabilidade Empresarial**: uma comparação entre os indicadores do balanço social IBASE e relatório de sustentabilidade segundo as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI). In: SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. 2009. Disponível em: <[http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos09/445_445_Contabilidade_social_REV.seget\[2\].pdf](http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos09/445_445_Contabilidade_social_REV.seget[2].pdf)>. Acessado em 21 jun. 2016.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI). **Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade**. 2006. Disponível em: <www.globalreporting.org>. Acesso em: 19 jun. 2016.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDA, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISE SOCIAL E ECONÔMICA (IBASE). **Responsabilidade social das empresas e Balanço Social**: a experiência internacional. Publicado em 26 jun. 2003. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acessado em 20 jun. 2016.

IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. **Manual de Contabilidade Societária**: aplicável a todas as sociedades. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MOTA, Carlos Renato. As principais teorias e práticas de desenvolvimento. In.: BURSZTYN, Marcel (org.). **A Dificil Sustentabilidade**: políticas energética e conflitos ambientais. 1 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 27-40.

NOSSA, Valcemiro. **Disclosure Ambiental**: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional. 2002. 246f. Tese (Doutorando em Controladoria e Contabilidade) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-21122005-101506/>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva. **Métodos da Pesquisa Contábil**. São Paulo: Atlas, 2011.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade Ambiental**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

ROSA, Fabricia Silva et al. **Estudo sobre o Global Report Initiative de Empresas de Energia Elétrica dos Estados Unidos, do Brasil e da Espanha no período de 1999 a 2010**. Organizações em contexto, São Bernardo do Campo, v. 9, nº 17, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15603/1982-8756/roc.v9n17p99-124>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **Gestão Ambiental**: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2011.